

A exploração global

PABLO GONZALEZ CASANOVA*

Muitos são os que falam da desigualdade. Alguns inclusive são muito conservadores. Mas poucos são os que falam da exploração. A enorme diferença entre esses dois conceitos passa em geral despercebida. Corresponde ao segredo mais temido pela espécie humana. Encontra-se entre os tabus internalizados pelas comunidades de cientistas sociais. A desigualdade ajuda a ocultar a exploração. Permite atitudes humanitárias e justas às quais dificilmente se opõem as mentes mais conservadoras, ou às quais só se pode ser contra com argumentos que privilegiam a liberdade sobre a igualdade e que fazem ver com razões “responsáveis” os inconvenientes de um mundo igualitário. O caso mais recente e brilhante de uma defesa da liberdade contra a igualdade é o de Dahrendorf. Os inimigos da igualdade não têm que se opor a um ideal que ataca a relação social predominante: o de um mundo com exploração. Opõem-se a um fenômeno que inclusive se identifica com as diferenças da natureza e da sociedade e que hoje leva os pós-modernistas radicais a esclarecer: “Somos partidários das diferenças, não das desigualdades.” Frente às desvantagens da exploração, a desigualdade aparece precisamente como um fenômeno natural e social, cultural e religioso que pode legitimar o mundo realmente existente. A exploração dificilmente pode ser usada com tal propósito. Qualquer tentativa de justificar a exploração acabará por negar sua existência ou por lhe dar uma importância secundária.

Definir a exploração implica em primeiro lugar reconhecer sua existência. Em segundo, reconhecer sua ordem de magnitude. Que esta tenha hoje características globais nos obriga a precisar o que se entende por global.

O termo global foi vagamente definido e usado com um sentido polissêmico. Aqui não só o identificamos com o processo de mundialização (Samir Amin) ou com a evolução mais recente do “sistema-mundo capitalista” (Immanuel Wallerstein), mas com o crescente predomínio de organizações que se articulam em estruturas de caráter mundial ou global e que afetam a vida do conjunto da espécie humana e da natureza (Eltmar Altvater). Que essas organizações e estruturas correspondam a siste-

mas auto-regulados é um fato da maior importância, dado o enorme peso que têm no conjunto do sistema-mundo. Que sua notável eficácia tenha se incrementado em grau que não tem precedente na história humana nem como adaptabilidade, nem como precisão, nem como alcance, nem como capacidade criadora de políticas macroestruturais e mega-sistêmicas, em nada ou pouco tirou da relação social de exploração o caráter geral de uma relação determinada e determinante da história e da política do sistema capitalista, de seu passado animal e social e de seu futuro incerto.

Analisar o problema da exploração de alguns homens por outros em nível global tem hoje um significado novo: não só permitirá colocar e eventualmente resolver o problema dos explorados, mas o dos seres humanos. Também o da biosfera, o muito simples e sem mistério da vida na Terra. Comprovar que essas hipóteses têm grande possibilidade de estar corretas exige precisar sua validade pelo menos como hipótese. Contribuir para esse objetivo é o propósito deste texto. Para consegui-lo, vamos buscar dois tipos de evidências: as que tornam impossível pensar na história passada do homem sem as relações de exploração, salvo em períodos e espaços mínimos, e as que tornam impossível pensar numa política de liberdade, igualdade e fraternidade, ou numa política de democracia, sem uma política contra a exploração, e no poder necessário para acabar com as relações de exploração como sistema global dominante nas distintas regiões e países do mundo.

A exploração é um conceito com possibilidades heurísticas e práticas maiores que aquelas que os próprios marxistas lhe deram. Inclusive nas obras dos clássicos nem sempre é um conceito central ou em torno do qual se busquem as interfaces de fenômenos econômicos, sociais, políticos, culturais. Em nossos dias, e após a crise dos projetos revolucionários e reformistas que pretenderam representar o pensamento marxista, nas colocações mais comuns, tende a ocupar esse papel central o “modo de produção”. Em outros, algo fora de moda, se levantou um monumento à função automática das “estruturas sobre as superestruturas”. Em outros ainda, identificados com a Escola de Frankfurt, se privilegiam as categorias da alienação e da utopia. Nos mais recentes, às vezes autodefinidos como pós-modernistas e pós-marxistas, se privilegiou a categoria do poder e da inserção no poder

* Professor da Universidade Nacional Autónoma do México. Tradução: Antonio Roberto Bertelli.

na própria sociedade civil. Em todos esses casos se escolheram categorias com menos possibilidades do que a exploração para estabelecer pontes entre a análise estrutural e a histórica; entre as relações sociais, econômicas, políticas e culturais; entre a alienação econômica e a teórica ou ideológica; entre as lutas políticas, as utopias e os interesses criados desejosos de manter as relações de exploração e capazes para isso não só dos maiores atos de repressão, mas de cooptação, mediação e intermediação mercantil, política, tecnológica, trabalhista, organizativa, estrutural e sistêmica. Abandonou-se a relação da exploração não obstante seu enorme potencial de passar da análise micro à macro e vice-versa; de servir para análises sistêmicas e históricas e também para análises de situações e ações políticas concretas; de compreender os vínculos entre a alienação da consciência e a perda da dignidade; de combinar as análises de tendências e as narrativas; de estudar as reorganizações de empresas, mercados e tecnologias e suas repercussões nas reestruturações e megaorganizações dos sistemas políticos, de benefícios e repressão social, ou na orientação da opinião pública e na fragmentação da consciência.

O problema certamente não fica por aqui. Se os próprios marxistas priorizavam a categoria da exploração, quando esta chegou por acaso a aparecer e a ser reconhecida como um fato reprovável nos textos marxistas era mencionada ao lado de muitos outros males considerados de igual envergadura, ou era relegada à ordem dos comportamentos aberrantes (*deviant*) e dos delitos que o próprio sistema persegue quando consegue descobrir os culpados.

Diante dessa negação da exploração como categoria essencial para a compreensão e construção das mediações do capitalismo e daquelas que permitem se aproximar da construção de um mundo alternativo, há vários fatos evidentes que é preciso destacar: que a exploração é parte da história humana praticamente desde o princípio do neolítico; que não se reduz ao conceito de mais-valor arrancado do trabalhador, ainda que esteja sempre relacionado com ele, e que hoje abarca o conjunto do sistema global capitalista em seu funcionamento patológico e autodestrutivo e os tipos de mediações que está construindo.

Na ordem biológica, a exploração se identifica com fenômenos de parasitismo e daquilo que em biologia se chama colônias. Sucede e acompanha o que, também na ordem biológica, é conhecido como fenômenos de co-evolução, de depredação, pelos quais algumas espécies privam outras de seus recursos, de sua vida, e eventualmente as submetem. Depredação e parasitismo entre os

membros da mesma espécie animal não parecem ser tão freqüentes como são as conquistas e colonização entre as “raças” da espécie humana.

Na espécie humana a exploração regular e periódica começou com a agricultura, quando “os homens a cavalo” começaram a roubar dos camponeses suas colheitas e entre uns e outros foram se estabelecendo sistemas de “donativos” forçados (ver Marcel Mauss) e de “proteção” imposta às vontades submetidas. As submissões deram lugar a diferentes tipos de exploração tribal, escravagista, feudal, assalariada que se combinaram com os modos de produção, com os sistemas de colonização e com a estruturas das empresas produtoras e colonizadoras, as quais por certo também variam nas outras espécies animais.

Analisar o problema da
exploração de alguns homens
por outros em nível global tem
hoje um significado novo: não
só permitirá colocar e
eventualmente resolver o
problema dos explorados, mas
o dos seres humanos.

As semelhanças entre o mundo animal e o humano são tão grandes que se torna vergonhoso o fato de que até agora a imensa maioria dos cientistas negue à exploração o caráter essencial e central que tem na história de nossa espécie e no seu futuro. Se para muitos é inaceitável pensar que nossa sociedade se sustenta numa relação social que quase todas as filosofias consideram imoral, e para outros é indispensável ocultar por qualquer meio que está a seu alcance a importância que a relação de exploração tem para uma sociedade de consumo de luxos e de produtos desnecessários, e o fato de ser o fator central da pobreza e da extrema pobreza em que vivem quatro quintos da humanidade, a negação se combina com a indignação quando se identifica o fenômeno com o nosso comportamento animal.

Aceitar que vivemos num mundo em que uma parte muito pequena dos seus habitantes se enriquece à custa da grande e imensa maioria e que, à maneira de muitas espécies mais, organiza com tal propósito todo tipo de depredações e de subsistemas parasitários e “coloniais” é

algo que os seres mais poderosos da Terra e seus diferentes laiaos negam e renegam inclusive de forma debochada e com grande “*selfcontrol*”.

Todas as razões são débeis; porém as mais limitadas consistem em afirmar que somos diferentes dos demais animais. Salvo em um ponto muito importante: que somos animais políticos. Este argumento vem ao caso porque é o único que pode nos permitir explorar as alternativas que existem para que manejemos nossos conhecimentos, informações e tecnologias, nossos símbolos e valores, nossas estruturas e organizações, nossa consciência, nossa moral, nossa vontade e nossa lucidez de formas tais que nos permitam reconhecer a verdadeira existência de um mundo de exploradores e explorados, e construir os conceitos, sujeitos e instrumentos que busquem modificar esse mundo e o conjunto de organizações, estruturas e subsistemas que hoje tendem a preservá-lo, em formas, estratégias e projetos em que procuremos maximizar nossas probabilidades de êxito e minimizar os custos em repressões e cooptações que tentam nos infligir as forças conservadoras do sistema. Com esse objetivo, colocar o problema hoje nos leva a destacar algumas diferenças com o marxismo clássico, sobretudo aquelas que existem entre a exploração de antes e a de agora, não só no que se refere às próprias relações de exploração, mas dos sujeitos históricos capazes de acabar com elas e que de fato aproveitarão sem dúvida todos os êxitos e fracassos anteriores para melhorar suas possibilidades de triunfo, suas metas sucessivas e os meios ou recursos que lhes sejam permitido alcançar.

Na época clássica a exploração foi situada sobretudo entre os empresários e os trabalhadores. Foi situada como luta de classe contra classe. Nos estudos mais profundos e radicais foi situada como revolução. Hoje vivemos num mundo em que a luta de classes foi mediatizada, em que a exploração se dá sem efeitos diretos e lineares na luta de classes, e em que as insurreições não levam de imediato às revoluções nem estas parecem viáveis se não conseguem construir suas próprias mediações pacíficas na sociedade civil, no sistema político e no Estado-nação correspondente, o que é ainda incerto, mesmo que de nenhuma maneira seja impossível e em qualquer projeto minimamente humanista seja desejável. Ao mesmo tempo, foram mediatizados e globalizados os próprios sistemas e subsistemas de exploração, gerando novas categorias no mundo, na exploração e nas alternativas ao sistema. Em tais condições, nos encontramos numa situação histórica em que temos que precisar como se dá hoje a exploração a partir da premissa de que não abandonamos de todo nossa

condição animal. Além do mais, temos que demonstrar que a exploração, tal como se dá hoje, não é um fato mais ou menos excepcional, mas se estende ao longo do sistema-mundo e afeta profundamente seu comportamento. E temos, finalmente, que provar que há algumas probabilidades de luta política que podem nos aproximar da construção de um mundo sem exploração.

Se colocamos numa perspectiva histórica a etapa em que Marx iniciou o estudo mais profundo e rigoroso sobre a exploração de alguns homens por outros, logo percebemos que foi numa época em que a exploração dos operários nas fábricas do país mais avançado de então – que era a Inglaterra – se realizava com uma clareza meridiana e só com a *mediação do mercado de trabalho*. Esta ocultava para o trabalhador, e para o próprio Ricardo, o que Marx descobriu: que o empresário pagava ao trabalhador somente uma parte do valor que havia produzido, e que à maneira dos senhores feudais e dos escravagistas ficava com o resto, mas com uma vantagem: que não parecia exercer o tipo de violência que se exercia sobre os servos ou escravos, pois o novo trabalhador assalariado livremente se contratava com ele para morrer de fome. Em todo caso, desde então o trabalhador preferia ser explorado a ser excluído, como continua se dizendo hoje. O problema é que logo surgiram núcleos importantes de trabalhadores, com alguns intelectuais, que, antes de Marx ou depois dele, colocaram o problema da exploração e o de uma sociedade sem exploração ou em que pelo menos esta diminuísse. Toda essa história é bem conhecida, como a que veio mais tarde, em meio de reformas e de revoluções.

O que é necessário destacar é que as sucessivas reformas do capitalismo tiveram efeitos não só macroeconômicos, mas globais; alteraram os termos originais da relação de exploração e os mediatizaram de muitas maneiras, entre outras reorganizando e reestruturando o comércio colonial e o colonialismo, começando com o que a Inglaterra exercia na Irlanda e terminando com o que o “Grupo dos 7” se propõe manter no mundo inteiro.

As dificuldades que Marx teve para captar a *importância do colonialismo* e os erros que amiúde cometeu no julgamento desse fenômeno serviram amplamente aos inimigos políticos de sua teoria científica para desqualificá-la enquanto “política” e como “ciência”. A verdade é que em meio de enormes dificuldades eurocentristas Marx e seus sucessores chegaram a compreender e incluir a *mediação colonial* em suas análises da exploração e suas alternativas, ainda que nem sempre se dessem conta de que se tratava de uma mediação que, como muitas mais, iniciava uma nova *história universal das mediações*. Es-

tas assumiriam uma presença enorme e seus atores desempenhariam um papel principal que jamais haviam desempenhado anteriormente nem para compreender nem para modificar a sociedade e o Estado.

Após a nova história, não só mudou a estrutura da exploração, mas o conjunto dos sistemas e subsistemas em que opera como relação social característica de todo o sistema ou que sob distintas formas se apresenta nas diferentes partes do sistema e permite o funcionamento do conjunto. Nas novas condições mudou certamente também a luta contra a exploração. Já não era só uma luta centrada no mais-valor. Era uma luta reestruturada, mediatizada e universalizada pelo excedente e pela distribuição do produto no interior das nações e em nível global.

A grande mudança supôs uma redefinição política da luta e dos quatro principais conceitos que expressam diferentes tipos de relação: o mais-valor, o excedente, o comércio de mercadorias, serviços, dinheiro e capitais, e a distribuição do produto e do capital. O mais-valor se referia a um valor criado pelo trabalhador do qual este só recebia uma parte, representada pelo salário, enquanto da outra parte se apropriava o capitalista. Centrar as lutas nessa definição levava a enfocá-las numa luta de classes entre trabalhadores e capitalistas que terminaria com o sistema. Muito tempo depois, Baran e Sweezy salientariam o “excedente” do produto sobre o custo social necessário para a renovação da força e dos instrumentos de trabalho, fazendo ver que o capital monopolista e o imperialismo integrados dispunham do excedente para a inversão e os gastos improdutivos da indústria militar e do Estado, para a grande indústria da publicidade e dos desperdícios consumistas. Suas colocações apontariam para a mais ampla luta de trabalhadores e de povos que haviam se levantado contra o capitalismo monopolista e contra o colonialismo dirigido pelos oligopólios e suas sedes imperiais. Colocavam o problema dentro de uma estrutura imperialista e monopolista que havia se consolidado em nível global e na qual Baran vira o surgimento de um centro e uma periferia, na qual o centro extraía sistematicamente o excedente da periferia para defender-se da tendência natural da queda da taxa de lucros. Os custos da reestruturação e do novo funcionamento do capitalismo imperial corriam por conta dos trabalhadores, em especial dos da periferia mundial. Para conseguir esses objetivos, o sistema dominante capitalizara e monopolizara o colonialismo em seus aspectos comerciais, tributários, produtivos, financeiros, monetários, culturais e políticos. Arrighi Emmanuel sistematizou a análise de uma troca desigual pela qual os países da periferia trans-

mitem mais valor do que recebem, o que permite aos países centrais aumentar as rendas e os benefícios para seus trabalhadores e somar ao incremento tecnológico da produção as rendas do novo multicolonialismo a fim de diminuir as contradições e as lutas internas mais perigosas. Todos esses fatos salientaram uma mudança na dialética da exploração e em seus vínculos com a dialética da distribuição: ambas colocariam os novos problemas relacionados com o poder e a política.

A dialética da distribuição mudou em relação ao produto e também ao capital. A mudança na distribuição do capital esteve mais diretamente ligada a mudanças na estrutura do poder. A mudança na distribuição do produto esteve mais diretamente ligada a mudanças nas mediações e repressões políticas e sociais.

A história da repartição ou distribuição do capital e do trabalho se refuncionalizou nas distintas regiões do mundo, em cada uma delas e nos distintos setores da produção. Também se refuncionalizou no setor privado, no setor público e no setor social das economias.

As lutas que deram lugar a novas repartições e distribuições na “formação de capital” nunca se descuidaram da preservação e do incremento do poder em torno das grandes empresas monopolistas e dos seus Estados: deram prioridade a essas empresas, assim como aos aparelhos e bases sociais dos Estados penetrados por elas e que as protegiam no campo militar, financeiro, comercial, industrial, tecnológico e científico. As grandes empresas e as redes empresariais que se formaram conseguiram um alto nível de proteção e de força, ao contar sempre com os recursos financeiros, com a tecnologia, com o trabalho qualificado e especializado, com a publicidade e com o mercado (Richard J. Barnet). A partir deles controlaram o próprio Estado nas principais decisões para preservar e ampliar a acumulação, começando pelos mercados monetários e financeiros, um poder mais ou menos à sua disposição. Se durante certos momentos, e em períodos mais ou menos longos, se viram obrigadas a ceder terreno em Estados e mercados, a luta por recuperar os espaços perdidos nunca desapareceu e no final do século XX levou a um mundo totalmente controlado pelos antigos monopólios articulados com os Estados imperialistas.

Recordar que os problemas de distribuição e apropriação não só se referem ao produto mas também ao capital é muito importante para recuperar a verdadeira história do século XX e construir uma política alternativa que se proponha superar os graves problemas de distribuição e apropriação do produto.

No que se refere à distribuição do produto não é conveniente ver só os problemas de mediação, mas também os de desigualdade, e ambos para compreender os vínculos ou as *mediações sociais* de distribuição e exploração. O arco da distribuição dos ganhos diretos e indiretos para o setor trabalho vai desde os trabalhadores altamente qualificados até os excluídos: compreende políticas de estímulos e de privação. Entre as políticas de estímulo estrutural e sistêmico, as mais importantes correspondem ao crescimento dos estratos ou setores médios. Estão associadas a *mediações por sua vez políticas e sociais* dos mais diferentes tipos, nas quais se destacam o desenvolvimento das lutas sindicais legalizadas, dos sistemas políticos de democracia eleitoral, partidária e parlamentar e dos Estados assistenciais. Seu desenvolvimento é possível com o aumento da produtividade pelas tecnologias e com a refuncionalização do colonialismo e das imensas transferências de excedentes a que isso dá lugar. Entre as *políticas de privação* se destacam as de desemprego aberto e disfarçado, as dos trabalhadores informais e ilegais nativos e migrantes, as dos “marginalizados” de ganhos, produtos e serviços do progresso ou do desenvolvimento, e as dos “excluídos” da época neoliberal. Todos eles correspondem à velha categoria dos “pobres” – sinônimo de proletários na época do capitalismo clássico. Hoje constituem quatro quintos da humanidade.

Dos “pobres” e “extremamente pobres”, excluídos e despossuídos, surge uma enorme população que “se oferece para trabalhar no que pode em qualquer coisa”, em condições ótimas para seus empregadores: trata-se dos explorados da terra que oscilam entre ser explorados e ser excluídos, ainda que geralmente só se fale deles como “pobres” e “extremamente pobres”, num ocultamento institucional e “humanitário” da exploração universal. Seus baixos salários, suas longas jornadas de trabalho, a intensidade de seu trabalho, a carência de todos os tipos de direitos e benefícios, a falta de garantias de higiene, salubridade e segurança nos locais de trabalho, e a facilidade com que, tendo perdido todos os seus direitos como trabalhadores e como cidadãos, perdem seus empregos, sempre precários, são característicos desses trabalhadores *num mundo com exploração e sem luta de classes*. Nesse mundo subsistem os explorados pela classe hegemônica sem que esses explorados atuem como classe contra aqueles que os oprimem e dominam.

A política de distribuição na época do neoliberalismo melhorou sua eficiência e diminuiu seus custos mediante *sistemas* de gastos, salários, benefícios e serviços localizados nos quais a estratificação e a mobilidade ascendente

dos trabalhadores não beneficiaram estratos ou regiões das populações nacionais, mas limitaram-se a alguns pontos ou “nichos” do sistema, estrategicamente situados, na forma de feudos e cidades abertas com muros de contenção pouco visíveis. Essa política, baseada na teoria e na técnica de sistemas auto-regulados, não só se combinou com a dos trabalhadores informais sedentários e migrantes, ou com a do fomento de guerras tribais, religiosas, étnicas e hegemônicas, ou eletrônicas, mas também com novas políticas de solidariedade ou caridade transnacional, que permitiram acabar com muitas instituições de seguridade social do Estado de bem-estar sem provocar reações ou rebeliões unificadas dos empobrecidos.

Em todo caso, as novas políticas de distribuição do produto tiraram das fábricas as lutas contra a exploração e romperam o caráter aglutinador dos movimentos operários ao estratificar os trabalhadores e ao impor políticas estruturais que dividiram os movimentos sindicais em reformistas e revolucionários. As políticas de distribuição se combinaram com fenômenos também estruturais de cooptação, corrupção, repressão e metamorfose dos líderes, das organizações de trabalhadores e das organizações populares, antiimperialistas ou socialistas, incluídos muitos dos Estados e aparelhos estatais que surgiram dos movimentos operários, populares e revolucionários. Para triunfar sobre eles, as classes dominantes converteram uma boa parte de seus integrantes em co-participantes da refuncionalização do “capitalismo de Estado” ou do “socialismo de Estado” até sua recuperação e integração no capitalismo neoliberal, monopolista e imperialista já convertido em capitalismo global.

Hoje, por sua vez, os novos movimentos da luta contra a exploração dão prioridade à construção de mediações em que se torne realidade o ideal de uma “democracia para todos” (subcomandante Marcos) e sejam eliminadas as distribuições baseadas na economia da cooptação e nos donativos, ou em concessões não acordadas ou não consentidas pelas maiorias.

Os novos movimentos logo descobriram que não só têm que enfrentar as políticas de distribuição do produto, mas também as de distribuição dos meios e sistemas de produção, uns e outros relacionados com as forças oligárquicas locais e nacionais e com as redes do capitalismo global.

Assim, a luta contra a exploração continua sendo uma luta dos trabalhadores, mas dos trabalhadores unidos aos povos, ou inseridos neles como “movimentos sociais”. Lentamente tende a converter-se numa nova luta pela “democracia de todos”, que no terreno político e cultural

deve recolocar o problema do respeito ao pluralismo religioso, ideológico e cultural, ou o problema da unidade na diversidade, e o da construção de organizações e práticas democráticas no interior das próprias organizações de base e no controle eficiente das políticas de segurança; na ordem econômica não pode se limitar a colocar o problema de redistribuição do produto e tem que enfrentar também os problemas de uma política alternativa de distribuição do produto e de redistribuição dos meios de produção e serviços, em especial os que se referem ao conhecimento.

Dos “pobres” e “extremamente pobres”, excluídos e despossuídos, surge uma enorme população que “se oferece para trabalhar no que pode em qualquer coisa”, em condições ótimas para seus empregadores: trata-se dos explorados da terra que oscilam entre ser explorados e ser excluídos, ainda que geralmente só se fale deles como “pobres” e “extremamente pobres”, num ocultamento institucional e “humanitário” da exploração universal.

Os movimentos alternativos emergentes ultrapassam todas as possibilidades do Estado assistencialista, paternalista e populista. Percebem que a distribuição da produção deve necessariamente se complementar e articular-se com a distribuição do produto e não permanecer aí. São ambas que permitem explicar os fenômenos da pobreza e das exigências mínimas para se lutar seriamente contra a pobreza, pela democracia, pela educação, pelo saber-fazer, pela saúde, pela moradia, pelo emprego e por uma série de produtos e serviços essenciais que permitem construir um estilo de vida minimamente humano.

Assim aparece o problema de um sistema mundial de

exploração que os cidadãos, os trabalhadores, os povos e as etnias têm que enfrentar na medida em que queiram construir uma democracia para todos, isto é, uma democracia que não se limite a escolher entre dois ou mais partidos que pouco se diferenciam ou cujos dirigentes muito se esforçam “para que tudo fique como está”, mas que com a liberdade eleitoral e a participação política torne realidade uma melhor repartição do produto e dos sistemas de produção de bens e serviços. Uma democracia assim tem que denunciar o mito neoliberal “dos custos sociais” de uma suposta “modernização necessária” que “vai resolver”, “se bem administrada pelos líderes e pelos povos”, “os problemas da humanidade”. A conhecida cantilena de mentiras tecnocráticas engana com cada um de seus termos e com o discurso que com eles tece. Toma de Schumpeter o mito de que é democracia aquela em que os cidadãos escolhem entre dois partidos tão parecidos como o Democrata e o Republicano nos Estados Unidos, quando na realidade ambos correspondem a um governo de “oligarquias”, “classes políticas”, “elites” e “complexos empresariais-militares” governantes que têm dois partidos a seu serviço com os quais dividem o povo. Toma de Runtington o mito oportunista de que se trata “dos custos inevitáveis” da “Modernização”, da “Civilização”. Toma de Fukuyama o mito de que a atualidade é “um processo sem alternativa” que vai durar uma eternidade. E toma dos discursos do Banco Mundial e de seus intelectuais o mito de que suas políticas, longe de contribuir para aumentar os problemas da humanidade, constituem “um esforço científico”, “técnico”, “honesto” para resolver “tanto” “os problemas dos ricos” “como” “os problemas dos pobres”, “tanto” “os problemas dos países ricos” “como” “dos países pobres”.

Muitos autores comprovaram o caráter mundial da exploração. Vários milhares de pobres confirmam suas teses na medida em que olham as relações que guardam com os mercados de trabalho, de bens e serviços. A muitíssimos deles ocorre aquilo que acontecia com os camponeses medievais que não relacionavam sua pobreza com o fato de que trabalhavam para seus empregadores e para os líderes de seus empregadores. Mas grandes parcelas têm uma consciência, e uma grande vivência confirmada em sua vida diária, do caráter universal da exploração, na qual os caciques e mercadores locais, apoiados por suas guardas brancas e paramilitares, se apóiam também nos governos nacionais e transnacionais para lhes impor preços muito baixos para seus produtos e muito altos para os que têm que adquirir nos mercados, ou para destruir suas colheitas e seus instrumentos de trabalho a

fim de tirar-lhes suas terras e trabalho ao mesmo tempo que liberam uma mão-de-obra baratíssima de migrantes e diaristas, ou para combater até a morte os que com uma nova indústria querem lhes fazer concorrência em seus pequenos monopólios locais. Uma consciência semelhante, em possível crescimento, se dá entre os trabalhadores industriais e de serviços, qualificados e profissionais, sobretudo quando vêm como perdem direitos e benefícios que conseguiram alcançar com grandes esforços coletivos e individuais e que ao perderem os levam a identificar sua sorte com a “dos pobres da terra”.

O fenômeno da exploração se confirma quase todos os dias em notícias do *Wall Street Journal* e do *Financial Times*. É objeto de denúncias constantes e periódicas nos debilitados organismos das Nações Unidas e de milhares de organizações não-governamentais. Seu caráter geral, característico do sistema-mundo, é contudo questionado como se “o todo” fosse muito diferente “das partes”, ou “o centro” nada tivesse com “a periferia”, quando de fato se trata de um mal universal plenamente comprovável e verificável, não obstante o habitual ocultamento das contas empresariais, nacionais e mundiais, e o claro papel que cumprem as periferias para alimentar de matéria e energia baratas os sistemas centrais dominantes e para servir-lhes como receptores de seus refugos.

Entre os cálculos mais sérios e aproximados do montante da exploração global encontra-se o de Samir Amin, que no final dos anos 80 afirmou que a transferência de valor da periferia para o centro do mundo era da ordem de 400 bilhões de dólares. Samir Amin, como muitos outros investigadores marxistas, realizou a chamada transformação dos valores em preços de produção. Ao fazê-lo, considerava como algo implícito que a todas as transferências internacionais da periferia para o centro se somavam as que no interior dos países centrais e periféricos faziam os trabalhadores para os empresários. Com um objetivo mais limitado, fizemos um cálculo distinto, que não entra nos problemas de “transformação” e que só busca determinar o impacto do neoliberalismo nas transferências de excedentes. Elaboramos um índice composto de transferências para verificar que a política neoliberal havia incrementado seu montante a favor dos países centrais. Nele não pudemos incluir o aumento das transferências que o neoliberalismo provoca do setor assalariado para o não-assalariado em cada país, o que requer uma análise complementar e indispensável que nos vimos obrigados a realizar em separado.

O índice internacional de transferência de excedentes é composto pelos seguintes indicadores, alguns dos

quais trocam de sinal para uma soma válida, na medida em que se referem a ativos líquidos que se transferem ao exterior: 1. Serviço da dívida + 2. Transferências líquidas unilaterais (trocando sinal) + 3. Efeitos das mudanças de preços no comércio exterior + 4. Os lucros líquidos remetidos (trocando sinal) + 5. Outro capital a curto prazo não incluído em outro indicador (trocando sinal) + 6. Erros e omissões (trocando sinal). A seleção de países remetentes ou periféricos se fez com base naquela formulada pelo Fundo Monetário Internacional, que incluiu os que considera “países em via de desenvolvimento”, o que, mais do que um eufemismo, é uma afirmação refutada pelos da própria organização.

Os países incluídos que transferem ativos líquidos aos países desenvolvidos são 41 da África, 23 da Ásia, 9 da Europa Central e do Leste, 10 do Oriente Médio, 32 da América Latina e do Caribe. As fontes consultadas são do próprio Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e de outras organizações internacionais.

Anteriormente, ao que saibamos, jamais se havia elaborado um índice deste tipo: a carga dos juros e pagamentos da dívida, a deterioração da relação de troca, as altas remessas de lucros dos investimentos estrangeiros haviam sido objeto de análises e contabilizações isoladas, com críticas coincidentes ao ocultamento variado do montante, muito superior de fato aos registros fiscais, bancários, privados e públicos e, desde logo, às “dimensões econômicas não-mensuráveis”.

O índice composto comporta subvalorizações que é praticamente impossível superar. Como índice do excedente global internacional, interno e transnacional, deixa de fora uma forma de exploração essencial e universal como as transferências internas de excedente dos trabalhadores para os empresários ou do setor assalariado, sobre as quais praticamente é impossível fazer um cálculo global, ainda que existam estudos de todos os países e regiões do mundo que permitem generalizações de tipo qualitativo e algumas sobre o montante das transferências e inclusive da taxa aproximada de exploração.¹ Além do mais, a captação de dados só compreende o período 1972-1995.

Com todas essas limitações, os resultados são suficientes para comprovar, sem refutação minimamente aceitável, que as políticas neoliberais contribuíram para aumentar as transferências de excedentes da periferia para o centro do mundo numa ordem de magnitude que é superior à da etapa anterior do capitalismo conhecida como do imperialismo monopolista, já por si considerável no tristemente famoso “saque do Terceiro Mundo”.

De fato, os resultados obtidos mostram que nos cinco anos compreendidos entre 1987 e 1991 a transferência de excedentes (1,257 bilhão de dólares) triplicou a cada quinquênio de 1972 a 1981, e nos quatro anos compreendidos entre 1992 e 1995, último ano para o qual se dispõe de dados, a transferência de excedentes (1,364 bilhão de dólares) é superior a qualquer dos quatro quinquênios precedentes. O comportamento dos indicadores considerados em separado mostra resultados parecidos com os diferentes significados de cada região e indicador. Só na rubrica de pagamento de serviços da dívida, as transferências da periferia ao centro passaram de 97,438 milhões de dólares no quinquênio 1972-1978 para 827,556 milhões de dólares em 1987-1991, e para 775,654 milhões de dólares no quadriênio 1992-1995, isto é, um aumento de nove a 10 vezes. De fato, a mudança de preços do comércio exterior significou para a periferia deixar de receber receitas de 345,125 milhões de dólares de 1972 a 1976, e aumentar essa perda para até 652,596 milhões de dólares de 1992 a 1995. A respeito das remessas dos lucros dos investimentos diretos, essas triplicaram, pois passaram de 31,467 milhões de dólares de 1972 a 1986 para 108,815 milhões de dólares de 1992 a 1995. A transferência de excedentes pelo comportamento da rubrica "Outro capital a curto prazo" mostra um impressionante aumento e posteriormente uma reversão de sua tendência: passa de 2,894 milhões de dólares de 1972 a 1978 para 49,002 milhões de dólares de 1982 a 1986, e nos períodos quinquenais seguintes reflete um ingresso de capital na periferia de cerca de 45 milhões de dólares. É preciso lembrar que os fluxos de capital de curto prazo são altamente especulativos e servem para desestabilizar as economias quando lhes convém. Na rubrica "Erros e omissões líquidas", as transferências passam de 27,123 milhões de dólares de 1977 a 1981 para o dobro de 1992 a 1995 (40,813 milhões de dólares). Somente a rubrica de transferências unilaterais totais (públicas e privadas) mostra uma tendência de ingresso de excedentes, o que em parte se explica pelo fato de que nessa rubrica se incluem tanto os recursos da chamada "ajuda oficial para o desenvolvimento" (AOD) como as operações unilaterais das corporações privadas, seja no caso de capitalização de empresas matrizes e filiais ou de operações contratuais ou voluntárias.

Alguns indicadores revelam como muitas das mudanças são manejadas politicamente ou por razões de segurança; outros confirmam formas depredadoras e de eliminação de populações para a apropriação de territórios e recursos naturais como na África; outros se devem a

exportações de capital dos nativos para os países centrais – como no Oriente Médio. Em todos os casos se confirma que o neoliberalismo debitou o custo da crise aos países da periferia, às forças autônomas, empresariais e estatais que haviam iniciado processos de formação de capital público e social, e, sobretudo, aos trabalhadores, povos e etnias da periferia mundial, ainda que num processo que não se limita à periferia e que está empobrecendo e inclusive aumentando a taxa da exploração relativa e absoluta dos trabalhadores do centro.

Todos os dados provam que a política de globalização neoliberal levou a uma redistribuição desigual do produto e dos sistemas de produção de bens e serviços. No México, a participação dos assalariados no PIB caiu de 40,3% em 1976 para 28,8% em 1994; na Argentina, de 40,9% (1970) para 29,6% (1987); no Chile, de 42,7% (1970) para 33,9% (1993); no Peru, de 37,3% (1973) para 21,1% (1995); na Venezuela, de 44,2% (1970) para 31,2% (1995); nas Filipinas, de 37,1% (1970) para 26,1% (1993); na Turquia, de 28,2% (1976) para 18,8% (1988); na Nigéria, de 28,7% (1978) para 19,1% (1987), e assim sucessivamente. A política neoliberal teve efeitos muito adversos para os trabalhadores e para os pobres inclusive nos próprios países centrais. Ainda que os trabalhadores do "Grupo dos 7" tenham tido perdas inferiores às dos trabalhadores da periferia e que tenha havido alguns países como o Canadá e o Japão que mantiveram e inclusive aumentaram a participação dos assalariados no PIB de 1980 a 1993, em anos mais recentes o pagamento da crise recaí sobre esses trabalhadores. De qualquer modo, nos Estados Unidos e nos países industrializados, os que eram pobres em 1979 eram significativamente mais pobres em 1989 (Noam Chomsky). Desde o final dos anos 60 os salários nos Estados Unidos caíram. Na União Européia passaram de 78% do PIB para 69%. De meados da década de 80 a seu final, a fome nos Estados Unidos aumentou 50%, até atingir 30 milhões de habitantes (Congresso dos Estados Unidos). Segundo Shaik e Alamet Tonak, de 1980 a 1989, durante a era Reagan-Bush, a renda real e as condições de trabalho nos Estados Unidos se deterioraram profundamente e "a taxa de mais-valor aumentou mais do dobro". No México, a taxa de exploração aumentou 124%. "Algo muito poucas vezes visto na história do capitalismo", segundo José Valenzuela Filho.

O pagamento da dívida externa e das transferências da periferia para o centro não se faz à custa dos países onde o emprego cresce com a tecnologia. Nesses países, longe de aumentar o "mais-valor relativo", predomina e aumenta o trabalho sem garantias de tempo de trabalho,

de intensidade, de higiene, de segurança e sem “salários indiretos” de educação, saúde e alimentação. A exploração absoluta é macroeconômica e global, e o neoliberalismo contribuiu para aumentá-la e estendê-la com suas novas políticas de distribuição e apropriação.

A imensa maioria dos trabalhadores vive entre o terror do assalariado sem garantias e a exclusão do desempregado extremamente pobre.

A política neoliberal constitui também uma redistribuição regressiva dos sistemas de produção, de educação, de saúde e segurança social. Entre os muitos indicadores que o provam se encontra a carga crescente que o pagamento da dívida significou para as rendas e gastos governamentais. Ela chegou a constituir até 77,52% do orçamento de gastos governamentais no Brasil (1990) e atingiu 59,56% do orçamento de gastos no México (1988). A política neoliberal não só aumentou a extração de excedentes da periferia para o centro e do setor assalariado para o não-assalariado. Aumentou a redistribuição desigual dos sistemas de produção, emprego qualificado e especializado, tecnologia, formação de capital, mercados; derrubou ícones e costumes locais e nacionais e deu lugar a uma publicidade intoxicante dos produtos e sistemas de vida dos produtos importados ou produzidos pelas empresas associadas e integradas às transnacionais.

Todos os fatos anteriores não só provam que o fenômeno da exploração de alguns homens por outros continua sendo um problema característico da humanidade. Provam que é um fenômeno universal, característico do capitalismo global que subsume o imperialismo monopolista, que erode e destrói as diferentes experiências de capitalismo de Estado ou de Estado do bem-estar e as do socialismo de Estado ou “socialismo existente”, assim como as que entre um e outro surgiram na periferia mundial impulsionadas por distintas formas de nacionalismo revolucionário.

Independentemente de que todos esses fenômenos, documentados pelas próprias fontes oficiais, sejam precisados e aprofundados ainda mais, nos colocam de imediato a necessidade de repensar não só as políticas contra a pobreza e para uma melhor redistribuição do produto, mas também os problemas de uma melhor redistribuição dos sistemas de produção de bens e serviços. Porém, se se levam em conta as lutas que estão se dando para atingir esses objetivos, percebe-se que correspondem ao enfrentamento de três tipos de crise: 1) a crise econômica; 2) a crise hegemônica; e 3) a crise sistêmica (Immanuel Wallerstein). Essas três crises correspondem

a três tipos de políticas que necessariamente – obrigadas pelos acontecimentos – se relacionam entre si: 1) a política econômica alternativa; 2) a política hegemônica alternativa; e 3) a política anti-sistêmica alternativa.

No México, a participação dos assalariados no PIB caiu de 40,3% em 1976 para 28,8% em 1994; na Argentina, de 40,9% (1970) para 29,6% (1987); no Chile, de 42,7% (1970) para 33,9% (1993); no Peru, de 37,3% (1973) para 21,1% (1995); na Venezuela, de 44,2% (1970) para 31,2% (1995); nas Filipinas, de 37,1% (1970) para 26,1% (1993); na Turquia, de 28,2% (1976) para 18,8% (1988); na Nigéria, de 28,7% (1978) para 19,1% (1987), e assim sucessivamente.

Todas as políticas alternativas ocorrem em torno de um vetor principal para a construção da alternativa. Esse vetor se baseia nas experiências históricas e deriva na colocação de uma democracia para todos com aspiração universal, e que comece por impor os métodos e procedimentos democráticos e de respeito ao pluralismo religioso, étnico e ideológico em suas próprias organizações de cúpula e de base, procurando estendê-los à sociedade civil e à luta hegemônica da sociedade civil. Daí, será preciso passar para colocações hegemônicas da sociedade civil organizada num Estado democrático, idéia esta que, ainda que não seja suficientemente clara nos movimentos alternativos, reformulará a necessidade de se travar a luta pelo poder democrático na própria sociedade civil, mas *combinada* com a luta pelo poder que leve a um Estado democrático.

Como é muito possível que esse tipo de luta múltiplo se dê por sua vez em diferentes partes do mundo, terá que passar das colocações de uma luta alternativa para enfrentar a crise econômica para as colocações de uma

luta hegemônica da sociedade civil *em suas próprias organizações*, para colocações de uma luta hegemônica pelo domínio democrático das bases e dos aparelhos do Estado. Em nível mundial, terá de passar dos Estados que alcancem esses objetivos para outros que se somem a eles, no entendimento de que todos aqueles que se encontram na dianteira do processo venham da periferia ou do centro do mundo, travem uma batalha pela democracia universal com poder democrático dos povos em seus Estados e nas distintas regiões nacionais e continentais até que levem ao que originariamente se conheceu seriamente como um processo de liberdade, igualdade e fraternidade, que mais tarde, entre ricardianos e hegelianos de esquerda, entre utopistas, marxistas e libertadores de povos coloniais, se conheceu como socialismo; mas que fundamental e profundamente corresponda sobretudo

do a uma democracia sem excluídos que assuma os projetos de liberdade dos projetos democráticos anteriores, dos de igualdade dos socialistas e marxistas, dos de libertação dos leninistas e castristas, dos de fraternidade dos cristãos primitivos e de outros fundadores das grandes religiões e dos de dignidade dos maias mexicanos.

México, 5 de janeiro de 1998

NOTA

- ¹ Para uma análise mais detalhada, ver a nota metodológica e os quadros preparados por José Guadarilla, com quem estamos elaborando um trabalho mais amplo sobre o tema, intitulado "As transferências de excedentes (da periferia ao centro e dos assalariados aos não-assalariados) e o sistema global".



Käthe Kollwitz – Solidariedade